



CLIPPING



09 de
FEVEREIRO
2023

REPÓRTER

70

> DOCUMENTO SUGESTÕES

Organizações e movimentos da sociedade civil, que atuam na defesa do direito de acesso à terra e por reforma agrária e moradia, protocolaram ontem, junto à desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), um documento contendo considerações e sugestões referentes à implantação da Comissão de Mediação de Conflitos. O documento é um reforço do que já foi protocolado em dezembro passado, em que entidades solicitaram audiência pública da presidente coma sociedade civil sobre o tema.

DIAGNÓSTICO

No documento, entidades como a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará (Fetagri) e outras também alegam que não têm conseguido dialogar com a atual gestão da Ouvidoria Agrária do TJPA. Na Comissão da Ouvidoria, inclusive, surgiu um mal-estar com a apresentação do estudo conjunto do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), instituições que juntas diagnosticaram o descumprimento às decisões judiciais e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para anulação de registros de terras ilegais ou de grilagem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'HÉTERO TOP'

Maurício Filho pode ser julgado ainda no primeiro semestre

PRISÃO - Acusado permanece em situação de cárcere na Cadeia Pública de Jovens e Adultos, em Americano, no município de Santa Izabel do Pará

ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

Maurício César Mendes Rocha Filho, de 25 anos, poderá ser levado a julgamento ainda neste primeiro semestre. É o que espera a defesa da família da influenciadora digital Luma Bonny, de 23 anos, que se jogou do sétimo andar de um prédio, em Belém, depois de ter um vídeo íntimo vazado pelo rapaz, que já foi denunciado pelo Ministério Público do Pará (MPPA). O acusado permanece preso na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará.

As investigações acerca do caso foram concluídas pela Polícia Civil em 16 de dezembro do ano passado. O advogado criminalista Filipe Silveira, que atua na defesa da família Bonny, afirma que pelo menos sete pessoas se apresentaram à polícia para formalizar denúncia contra o acusado.

"Os próximos passos do processo são a apresenta-

ção de defesa do Maurício, a análise da defesa pelo juiz, designação de audiência de instrução e julgamento, apresentação de memoriais finais e sentença. Como se trata de um caso de réu preso, o processo deve tramitar mais rápido", explica Silveira.

Ainda segundo ele, "a expectativa é que, ainda neste primeiro semestre, se tudo ocorrer dentro do esperado, já se tenha uma sentença do juiz sobre o caso".

"A família, por sua vez, se apresentou, pediu investigação sobre o fato. A família tem se baseado nas provas que foram produzidas pela polícia e pelo próprio investigado, pelos vídeos que foram disponibilizados. A expectativa da família é que seja feita a Justiça, que se encontre a responsabilidade do Maurício, respeitando a legalidade do processo", reforça Silveira.

RELEMBRE O CASO

O crime praticado por Maurício contra Luma



A família tem se baseado nas provas que foram produzidas pela polícia e pelo próprio investigado, pelos vídeos que foram disponibilizados."

FILIPE SILVEIRA
Advogado

ocorreu em 6 de novembro de 2022. Dois dias depois, a jovem se jogou do sétimo andar de um prédio



Maurício
César Mendes Rocha Filho teve pelo menos sete denúncias formalizadas contra ele

localizado no centro de Belém. Desde dezembro passado, o acusado está sob custódia da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e se encontra na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará, na região metropolitana de Belém.

Para a família de Luma, Maurício é o principal responsável pela morte dela. Os familiares dizem que

o rapaz embodou, drogou, abusou e filmou a influenciadora, que estava desacordada, publicando o vídeo íntimo em sua antiga rede social.

Maurício teria exigido dinheiro da vítima fazendo chantagem para não enviar o vídeo ao pai dela, conforme conta o próprio genitor, o empresário Bonny Monteiro. O rapaz não recebeu a quantia que estaria pedindo e, então, vazou a gravação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Advogado é acusado de agredir ex-esposa

DIVERGÊNCIA - Defesa nega a agressão. De acordo com o Boletim de Ocorrência, o caso ocorreu no bairro Umarizal, na madrugada de domingo (5), na casa de familiares da vítima.



Bruno Natan Abraham Benchimol teria golpeado a mãe de sua filha a cotoveladas



IMPRESSÃO/REUTERS/DOSSA

SAUL ANJOS
DA REDAÇÃO

Um suposto caso de agressão física em Belém viralizou nas redes sociais nos últimos dias. De acordo com o Boletim de Ocorrência registrado na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), o advogado Bruno Natan Abraham Benchimol, 42 anos, presidente da Comissão de Atividade Notarial-Registrais da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará, teria agredido com cotoveladas a ex-esposa e designer gráfica, Samanta Souza Pereira Lima, 22, na madrugada do último domingo (5), enquanto ela carregava no colo a filha do casal, que tem pouco mais de um ano de idade.

Segundo o B.O., a mulher contou à polícia que tudo começou por volta de 1h, quando Bruno adentrou na casa dela, localizada no bairro Umarizal. O casal havia se separado há duas semanas. Entretanto, ele precisou ir até o imóvel em que a vítima estava para pegar a criança, que estava sob os cuidados da mãe. Esse seria o final de semana no qual o advogado iria cuidar da filha.

Ainda segundo o registro policial, assim que Bruno adentrou no imóvel, a vítima supostamente percebeu que ele apresentava sinais de embriaguez e que teria tido relações com outra mulher. Samanta teria o questionado para saber o que aconteceu. O B.O. diz que Samanta alegou que Bruno teria se exaltado e dito para ela: "Eu estava sim como outra mulher. Vou me vingar de ti. O pior está por vir. Tu não prestas". Depois disso, segundo o boletim policial, o homem a atacou com cotoveladas na cabeça e na nuca. O B.O. diz ainda que familiares de Samanta correram para ajudá-la e que Bruno fugiu e não foi preso.

RELATO DA VÍTIMA

A redação procurou Samanta Souza Pereira



A vítima foi encaminhada para exames e atendimento multidisciplinar. Medidas protetivas foram solicitadas. Diligências estão sendo feitas para encontrar o agressor.

POLÍCIA CIVIL DO PARÁ

Lima, mas ela preferiu não comentar sobre o caso para que o processo judicial não seja prejudicado. Entretanto, a reportagem apurou que, na tarde do domingo (5), a juíza Claudia Regina Moreira Favacho, da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém, estabeleceu as medidas protetivas contra Bruno. E que a Justiça proibiu ele de se aproximar da vítima em um limite de distância de 300 metros. E também o proibiu de entrar em contato com ela e frequentar a casa da família de Samanta. Bruno também terá restrições para visitar a filha.

A PC confirmou, por meio de nota divulgada ontem, o registro do caso na Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (Deam) e a solicitação das medidas protetivas.

"A vítima foi encaminhada para exames e atendimento multidisciplinar. Medidas protetivas foram solicitadas. Diligências estão sendo feitas para encontrar o agressor. Informações que auxiliem o trabalho da Polícia neste caso podem ser repassadas por meio do Disque-Denúncia, pelo número 181.", detalhou o comunicado.

Defesa do advogado diz que Bruno é inocente

O advogado criminalista Lucas Sá, responsável pela defesa de Bruno, conversou com exclusividade com o Grupo Liberal e desmentiu informações divulgadas de que o cliente estaria sob a condição de foragido.

"O senhor Bruno nunca esteve foragido e inclusive já se colocou à disposição da autoridade policial para prestar todo e qualquer esclarecimento sobre este caso. Estamos confiantes que a verdade aparecerá, pois Bruno é inocente e os ataques realizados nas redes sociais contra ele são injustos", disse o advogado. Lucas Sá também esclareceu que Bruno pediu, na manhã de ontem, o afastamento de suas atividades da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Pará.

Circula nas redes sociais que Bruno Natan Abraham Benchimol seria candidato à vaga de juiz do Tribunal Regional Eleitoral-PA (TRE-PA). O órgão disse, por meio de nota divulgada ontem apenas que, atualmente, há duas vagas para juristas na Corte Eleitoral: uma para juiz substituto e outra para

juiz efetivo. Porém, não confirmou se o advogado faz parte do quadro de candidatos. Além disso, a reportagem apurou que Bruno concorreu, no ano de 2020, ao cargo de vereador na capital paraense pelo partido Avante.

Em nota, o partido se manifestou sobre o caso: "O referido acusado ainda está filiado ao Partido e, portanto, vincula a sua pessoa política à sigla. Em nenhum momento, nós, do Avante, aceitamos tal tipo de agressão ou qualquer outra do mesmo teor. Estaremos encaminhando ao Conselho de Ética para as devidas providências, a expulsão dos quadros do Partido e da filiação Municipal. Essa sigla partidária, Avante, se solidariza com a senhora Samanta Carvalho pelo ocorrido e nos colocamos à inteira disposição para qualquer apoio", informou o partido.

OAB

A OAB Pará informou que teve conhecimento de possível envolvimento em prática delituosa de integrante do sistema, sendo

determinado o afastamento deste de suas atividades durante a apuração dos fatos. "Conforme os resultados das investigações e de eventuais ações das autoridades competentes, a Seccional adotará as medidas cabíveis, nos termos do Estatuto da Advocacia e Código de Ética da OAB-PA.", detalhou em nota.

"A OAB Pará destaca que, conforme orienta o Provimento 164/2015, assumiu o compromisso de combater as construções histórico-sociais que embasam e naturalizam a violência contra a mulher. E que, enquanto representante da sociedade civil e defensora dos direitos humanos, da justiça social e da democracia, entre os quais inseridos os direitos das mulheres, conforme reconhecido pelo Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos, está atenta aos elevados índices de violência doméstica e familiar contra a mulher e atua de forma a realizar um enfrentamento comprometido desta violência, sendo intolerante com quaisquer práticas desta natureza.", concluiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MAGALHÃES BARATA

**Prefeita é afastada
por decisão judicial**

DA REDAÇÃO

O juiz Cristiano Magalhães, de Igarapé-Açu, decidiu, em sentença na terça-feira, 7, afastar a prefeita de Magalhães Barata, Marlene Borges, em atendimento ao pedido do Ministério Público do Estado do Pará, após investigação por improbidade administrativa que resultou em buscas e apreensões de documentos no prédio da prefeitura e em residências, no mês passado, incluindo a casa da filha da gestora, que é secretária de Finanças. Ainda cabe recurso à decisão.

O afastamento se deu a partir de ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, com decretação de indisponibilidade de bens, formulada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da promotora de justiça Brenda Corrêa Lima Ayan.

que mostram que a empresa investigada não possuía estrutura adequada nem mesmo para guardar os carros que supostamente estariam sendo alugados pela Prefeitura de Magalhães Barata.

Consta ainda na decisão do juiz Cristiano Magalhães que, de acordo com a promotora Brenda Ayan, todas as testemunhas ouvidas na Promotoria de Justiça relataram suposto assédio moral praticado pela chefe do Executivo e destacaram ameaças de retaliação que teriam sofrido durante sua atuação na prefeitura. Segundo ela, todos que questionaram as incoerências entre as notas fiscais, valores pagos e os serviços prestados pelo município sofreram ameaças. Ela ainda afirma que todos os que foram chamados pelo Ministério Público para depor foram demitidos.

O juiz argumenta,

Brenda Ayan argumenta, segundo a decisão do juiz, que foi instaurado um inquérito civil para averiguar supostas irregularidades na prestação de serviços de locação de veículos por uma empresa à Prefeitura Municipal de Magalhães Barata e às secretarias.

O inquérito teve como base inicial as declarações prestadas pelo então tesoureiro do município, Luís Guilherme da Silva Ferreira, em setembro de 2022. Ele disse ter observado o "pagamento de várias notas fiscais à empresa A. F. B. Silva Comércio e Serviços Eireli pelo aluguel de vários veículos que nunca estiveram no município ou à disposição da prefeitura e de suas secretarias", diz a sentença.

Segundo o Ministério Público, Jocywladson Lebre de Maria, ex-chefe de Gabinete da Prefeitura e ex-diretor de Departamento na Secretaria Municipal de Administração, prestou depoimento perante a Promotoria de Justiça e relatou ter estranhado os altos valores recebidos pela empresa. Ele também afirmou que os carros mencionados nas notas fiscais não condiziam com a realidade, pois nunca estiveram presentes no município de Magalhães Barata.

Por meio de um trabalho de campo, o Ministério Público apresentou fotos

que a permanência das rés nos cargos "representa fundados riscos para a instrução processual e a possibilidade de reiteração das condutas apontadas, supostamente irregulares, e dificultará a localização e análise de novas provas, possivelmente, existentes, já que, segundo demonstrado, todos que auxiliarem a investigação ou a obtenção de provas, será sumariamente demitido ou afastado".

Por isso, determinou o afastamento do cargo de Marlene da Silva Borges, prefeita, pelo prazo de 45 dias, e Malena Rafaela Borges Barros, secretária municipal de Finanças e filha de Marlene, "pelo prazo de 90 dias, já que se encontra afastada por outra medida cautelar, sem prejuízo de seus vencimentos, por ser medida que se impõe".

"Para a execução da medida, notifique-se o vice-prefeito e o presidente da Câmara Municipal, para que sejam adotadas as medidas legais que o caso requer. Determino o bloqueio de valores e ativos de Marlene da Silva Borges, Malena Rafaela Borges Barros, Rosângela do Socorro Nascimento da Silva, Azle Villas Boas Braga e A.F.B. Silva e Comércio e Serviços Eireli, no valor de R\$ 423.058, visando resguardar possíveis prejuízos do patrimônio público e assegurar a reparação legal", diz a sentença.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

LINHA DIRETA

Na primeira sessão deliberativa de 2023 da Alepa, os deputados aprovaram por unanimidade três projetos de lei em turno único, reajustando os salários de desembargadores do Judiciário, dos procuradores do MPPA e do Ministério Público de Contas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TAILÂNDIA DUPLA É PRESA POR HOMICÍDIO

Eles são acusados de envolvimento na morte de um homem a golpes de facão, a mando de uma facção criminosa. Um dos envolvidos no assassinato é menor de idade

SUDESTE PARAENSE

J R Avelar

Desde o dia 16 de janeiro do corrente ano, a Polícia Civil de Tailândia, na região sudeste paraense, investigava um crime de homicídio que teve como vítima um homem que foi morto a golpes de facão, na zona rural daquela cidade, cujo fato ganhou registro na delegacia local.

Os policiais civis passaram a investigar diuturnamente o homicídio com intuito de dar uma resposta à sociedade de Tailândia, tanto que o caso evoluiu com a identificação dos suspeitos, que tiveram pedidos de prisões deferidos pela justiça e cumpridos pela Polícia Civil.

Segundo o inquérito policial, no dia 16 de janeiro passado chegou ao conhecimento da delegacia de Tailândia o cometimento do cri-

me de homicídio, tendo como vítima Carlos Negrão, que foi morto a golpes de facão, tendo os autores cortado sua boca e deformado seu rosto.

Após um trabalho investigativo, realizado pelos policiais civis, foi possível identificar os autores como sendo um homem chamado José de Souza e um menor de idade, os quais são apontados como integrantes de uma facção criminosa, que teria ordenado a morte de Carlos Negrão.

Com a qualificação dos dois homens, os policiais civis saíram em busca dos mesmos e cumpriram um mandado de prisão temporária e também um mandado de busca e apreensão contra o menor.

Levados para a delegacia durante o interrogatório, e com base nas evidências e provas coletadas, os dois suspeitos acabaram confessando o crime, sendo o fato comunicado à justiça.



Policiais conduzem José de Souza para a delegacia. Justiça determinou prisão temporária do mesmo
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MANHÃ TENSA QUARTETO VAI PRESO APÓS ASSALTO COM REFÉM

Um homem foi rendido quando ia para o trabalho. Avisada, a PM fez o cerco aos criminosos

BELÉM

J R Avelar

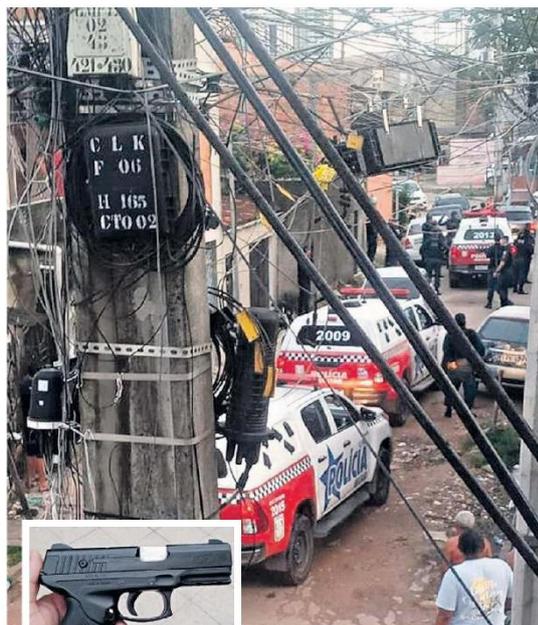
Quatro criminosos, dois deles menores de idade, acordaram ainda de madrugada nos bairros do Guamá e Terra Firme e saíram para dar um “rôlé” no início do dia, em busca de alguma vítima em potencial.

Após alguns minutos de caminhada, chegaram na avenida Cipriano Santos, no bairro de Canudos, em Belém, no exato momento em que um

verdadeiro trabalhador deixava sua casa para pegar o veículo que estava em frente, para mais um dia de trabalho.

Os quatro assaltantes perceberam o homem saindo e, na posse de uma suposta arma de fogo, anunciaram o assalto fazendo o motorista refém, passando a circular pela cidade, esperando algum estabelecimento comercial abrir para realizar o segundo assalto do dia.

O que eles não contavam era que uma testemunha viu tudo e repassou as informações ao Centro Integrado de Operações, que de imediato fez o alerta para um



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Após uma fuga por três bairros da cidade, criminosos bateram o carro em que estavam em uma passagem na Cremação. Lá foram presos pela Polícia Militar e o homem feito refém foi libertado
FOTOS: DIVULGAÇÃO

veículo cuja cor e placa foram repassadas na sequência, e não tardou para a viatura 2013, com o cabo Genilson, Diniz e Policarpo, localizar o veículo, passando a fazer o acompanhamento.

Percebendo que estavam sendo seguidos, os assaltantes empreenderam uma fuga alucinada pelas ruas dos bairros de Canudos, Terra Firme, Guamá. Pelo rádio, os militares que faziam o acompanhamento pediram apoio de viaturas tanto do

20º como do 37º Batalhão, que fizeram um cerco cinematográfico no sentido de evitar a fuga do quarteto criminoso.

Por não conhecerem as ruas do bairro da Cremação, eles entraram na passagem Teixeira com a rua São Miguel e, quando já estavam sem saída, acabaram batendo o veículo. Sem tempo para tentar escapar, fizeram o motorista refém enquanto eram cercados por mais de trinta policiais.

Uma rápida negociação foi estabelecida e logo os criminosos se renderam, entregando a arma que na verdade era um simulacro. Os maiores foram identificados como Mikael da Cunha Trindade e Iverson Martins Cardoso, que foram autuados em flagrante pelo delegado Jarson Joel Santos. Os dois menores foram encaminhados à Divisão de Atendimento à Criança e o Adolescente.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**QUINTA-FEIRA****PM MATA COMPANHEIRA
E SE MATA EM SEGUIDA**
PÁGINAS 6 E 7

Diário do Pará

POLÍCIA**PERDEU!****VIGIA É
PRESO SOB
ACUSAÇÃO
DE 3 CRIMES****ATRÁS DAS GRADES****Tiago Silva**
DE CASTANHAL

Um vigia foi preso pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio e roubo ocorridos nos municípios de Castanhhal, Benevides e Santa Izabel. A prisão foi efetuada pela Polícia Civil e ocorreu na tarde de terça-feira (7), no município de Salinópolis, região nordeste paraense.

Segundo informações repassadas pela Polícia Civil, no dia 14 de julho do ano passado, Esmael dos Santos Silva tentou matar, com um tiro na nuca, um frentista de um posto de combustíveis, localizado às margens da rodovia

BR-316, no Apeú, em Castanhhal. Ainda segundo a Polícia Civil, o crime foi por motivo fútil e ocorreu durante uma discussão banal entre o acusado e a vítima. Esmael, que trabalhava como vigia do posto, fugiu. Contra ele existia em aberto um mandado de prisão preventiva expedido pelo Poder Judiciário de Castanhhal. Esmael já estava trabalhando de mototaxista no município de Salinópolis, onde foi localizado e preso por policiais civis e militares.

Foi descoberto ainda que contra Esmael existiam em aberto outros dois mandados de prisão, sendo um por homicídio ocorrido em Benevides e outro por roubo praticado em Santa Izabel. O criminoso já se encontra custodiado em um presídio da região metropolitana de Belém.



Esmael dos Santos estava trabalhando como mototaxista em Salinópolis e agora está em um presídio da RMB
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Juiz afasta prefeita de Magalhães Barata por improbidade administrativa

Magistrado impõe ainda indisponibilidade dos bens dos envolvidos em supostas fraudes

O Liberal

08.02.23 22h04



Marlene Borges ainda pode recorrer da decisão (Divulgação / Prefeitura de Magalhães Barata)

O juiz **Cristiano Magalhães**, de **Igarapé-Açu**, decidiu, em sentença de terça-feira (7), afastar a **prefeita de Magalhães Barata, Marlene Borges**, em atendimento ao pedido do Ministério Público do Estado do Pará, após investigação por improbidade administrativa que resultou em buscas e apreensões de documentos no prédio da Prefeitura Municipal e em residências,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

no mês passado, **incluindo a casa da filha da gestora, que é secretária de Finanças**. Ainda cabe recurso à decisão.

O afastamento se deu a partir de ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, com decretação de indisponibilidade de bens, formulada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da promotora de justiça Brenda Corrêa Lima Ayan.

Brenda Ayan argumenta, segundo a decisão do juiz, que foi instaurado um inquérito civil para averiguar supostas irregularidades na prestação de serviços de locação de veículos por uma empresa à Prefeitura Municipal de Magalhães Barata e às secretarias.

Ex-tesoureiro entrega suposto esquema

O inquérito teve como base inicial as declarações prestadas pelo então tesoureiro do município, Luís Guilherme da Silva Ferreira, em setembro de 2022. Ele disse ter observado o “**pagamento de várias notas fiscais** à empresa A. F. B. Silva Comércio e Serviços Eireli pelo **aluguel de vários veículos** que nunca estiveram no município ou à disposição da prefeitura e de suas secretarias”, diz a sentença.

Segundo o Ministério Público, Jocywladson Lebre de Maria, **ex-chefe de Gabinete da Prefeitura** e ex-diretor de Departamento na Secretaria Municipal de Administração, prestou depoimento perante a Promotoria de Justiça e relatou ter estranhado os altos valores recebidos pela empresa. Ele também afirmou que os carros mencionados nas notas fiscais não condiziam com a realidade, pois nunca estiveram presentes no município de Magalhães Barata.

Por meio de um trabalho de campo, o Ministério Público apresentou fotos que mostram que a empresa investigada não possuía estrutura adequada nem mesmo para guardar os carros que supostamente estariam sendo alugados pela Prefeitura de Magalhães Barata.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Testemunhas que depuseram contra prefeita teriam sido demitidas

Consta ainda na decisão do juiz Cristiano Magalhães que, de acordo com a promotora Brenda Ayan, todas as testemunhas ouvidas na Promotoria de Justiça relataram **suposto assédio moral** praticado pela chefe do Executivo e destacaram ameaças de retaliação que teriam sofrido durante sua atuação na prefeitura. Segundo ela, todos que questionaram as incoerências entre as notas fiscais, valores pagos e os serviços prestados pelo município sofreram ameaças. Ela ainda afirma que todos os que foram chamados pelo Ministério Público para depor foram demitidos.

O juiz argumenta, que a permanência das réis nos cargos “representa fundados riscos para a instrução processual e a possibilidade de reiteração das condutas apontadas, supostamente irregulares, e dificultará a localização e análise de novas provas, possivelmente, existentes, já que, segundo demonstrado, todos que auxiliarem a investigação ou a obtenção de provas, será sumariamente demitido ou afastado”.

Há outras pessoas arroladas na sentença

Por isso, determinou o afastamento do cargo de Marlene da Silva Borges, prefeita, pelo prazo de 45 dias, e Malena Rafaela Borges Barros, secretária municipal de Finanças e filha de Marlene, “pelo prazo de 90 dias, já que se encontra afastada por outra medida cautelar, sem prejuízo de seus vencimentos, por ser medida que se impõe”.

“Para a execução da medida, notifique-se o vice-prefeito e o presidente da Câmara Municipal, para que sejam adotadas as medidas legais que o caso requer. Determino o bloqueio de valores e ativos de Marlene da Silva Borges, Malena Rafaela Borges Barros, Rosângela do Socorro Nascimento da Silva, Azle Villas Boas Braga e A.F.B. Silva e Comércio e Serviços Eireli, no valor de R\$ 423.058, visando resguardar possíveis prejuízos do patrimônio público e assegurar a reparação legal”, diz a sentença.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

PM acusado da morte do advogado Arnaldo Lopes é condenado a 18 anos e expulso da corporação

Durante o interrogatório, o réu negou participação no homicídio, que ocorreu em 2017

O Liberal

08.02.23 21h11 - Atualizado em 08.02.23 22h57



As investigações apontaram que o assassinato foi motivado pela disputa acerca da presidência da Associação dos Praças da Polícia Militar do Estado do Pará (ASPRA-PM). (Divulgação/ TJPA)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Maçal Monteiro de Azevedo foi condenado, nesta quarta-feira (8), a **18 anos e seis meses de reclusão em regime inicial fechado, além de perder o cargo de policial militar**. O julgamento dele ocorreu por meio de **júri popular**, no Fórum Criminal de Belém, no bairro da **Cidade Velha**. A sentença foi prolatada por volta das 22h30. Segundo o **Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)**, Maçal e mais quatro militares são acusados da morte do **advogado Arnaldo Lopes de Paula**.

Durante o interrogatório, o **réu negou participação no homicídio** por motivo torpe e que dificultou a defesa da vítima. O crime ocorreu em 2017, no momento em que a vítima saía da casa de familiares, no **bairro do Jurunas**, em Belém. Arnaldo foi **alvejado a tiros**, que acertaram várias partes do corpo dele.

As investigações apontaram que o assassinato foi motivado pela disputa acerca da presidência da **Associação dos Praças da Polícia Militar do Estado do Pará (ASPRA-PM)**, criada a partir de uma sociedade entre o advogado e um dos acusados, identificado apenas como Rosicley.

De acordo com o **Tribunal de Justiça do Pará**, durante o julgamento, foram ouvidas cinco testemunhas de acusação, entre elas a viúva da vítima. Pela defesa do réu, foram quatro testemunhas. Um quinto depoente não compareceu ao julgamento, informou o TJPA.

O advogado José Augusto Barata foi o último a depor na condição de testemunha de defesa do réu. Por volta das 14h50, o júri foi suspenso para que o réu pudesse **conversar com seu advogado**. Após este momento, o acusado foi interrogado e, diante da promotoria, dos advogados assistentes de acusação e dos jurados, negou participação no crime.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

'Hétero Top': Maurício Filho poderá ser julgado ainda neste primeiro semestre, espera defesa

O acusado permanece preso na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará

O Liberal

08.02.23 20h15



Maurício César Mendes Rocha Filho, de 25 anos, poderá ser levado a julgamento ainda neste primeiro semestre. É o que espera a defesa da família da influenciadora digital [Luma Bony](#), de 23 anos, vítima do acusado que tirou a própria vida depois de ter um vídeo íntimo vazado pelo rapaz, que já foi denunciado pelo Ministério Público do Pará (MPPA). O "[Hétero Top](#)", como ele

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

se autointitulava nas redes sociais, permanece preso na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará.

As investigações acerca do caso foram concluídas pela Polícia Civil em 16 de dezembro do ano passado. O advogado criminalista Filipe Silveira, que atua na defesa da família Bony, afirma que pelo menos sete pessoas se apresentaram à polícia para formalizar denúncia contra o acusado.

“Os próximos passos do processo são a apresentação de defesa do Maurício, a análise da defesa pelo juiz, designação de audiência de instrução e julgamento, apresentação de memoriais finais e sentença. Como se trata de um caso de réu preso, o processo deve tramitar mais rápido”, explica Silveira.

Ainda segundo ele, “a expectativa é que, ainda neste primeiro semestre, se tudo ocorrer dentro do esperado, já se tenha uma sentença do juiz sobre o caso”.

“A família, por sua vez, se apresentou e pediu investigação sobre o fato. A família tem se baseado nas provas que foram produzidas pela polícia e pelo próprio investigado, pelos vídeos que foram disponibilizados. A expectativa da família é que seja feita a Justiça, que se encontre a responsabilidade do Maurício, respeitando a legalidade do processo”, reforça Silveira.

Relembre o caso

O crime praticado por Maurício contra Luma ocorreu em 6 de novembro de 2022. Dois dias depois do vazamento do conteúdo íntimo, a jovem foi encontrada morta. Desde dezembro passado, o acusado está sob custódia da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e se encontra na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará, na região metropolitana de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para a família de Luma, Maurício é o principal responsável pela morte dela. Os familiares dizem que o rapaz embebedou, drogou, abusou e filmou a influenciadora, que estava desacordada, em seguida publicou o vídeo na própria rede social, em um perfil antigo.

Maurício teria exigido dinheiro da vítima fazendo chantagem para não enviar o vídeo ao pai dela, conforme conta o próprio genitor, o empresário Bony Monteiro. O rapaz não recebeu a quantia que estaria pedindo e, então, vazou a gravação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Advogado é acusado de agredir ex-esposa a cotoveladas em Belém; defesa nega

De acordo com o boletim de ocorrência, o caso ocorreu no bairro Umarizal, na madrugada do último domingo (5), na casa de familiares da vítima

O Liberal

08.02.23 18h52 - Atualizado em 08.02.23 21h57



Samanta teria sido agredida enquanto carregava filha pequena no colo (Reprodução / Redes sociais)

Um suposto caso de agressão física em [Belém](#) viralizou nas redes sociais nos últimos dias. De acordo com o boletim de ocorrência registrado na Divisão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Especializada no Atendimento À Mulher ([Deam](#)), o advogado Bruno Natan Abrahan Benchimol, 42 anos, presidente da Comissão de Atividade Notariais-Registrais da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do [Pará](#) -, teria agredido com cotoveladas a ex-esposa e designer gráfica, Samanta Souza Pereira Lima, 22, na madrugada do último domingo (5), enquanto ela carregava no colo a filha do casal, que tem pouco mais de 1 ano de idade.

Segundo o B.O., a mulher contou à polícia que tudo começou por volta de 1h, quando Bruno adentrou na casa dela, localizada no bairro Umarizal. O casal havia se separado há duas semanas. Entretanto, ele precisou ir até o imóvel em que a vítima estava para pegar a criança, que estava sob os cuidados da mãe. Esse seria o final de semana no qual o advogado iria cuidar da filha.

Ainda segundo o registro policial, assim que Bruno entrou no imóvel, a vítima supostamente percebeu que ele apresentava sinais de embriaguez e que teria tido relações com outra mulher. Samanta então o questionou para saber o que aconteceu. O B.O. diz que Samanta alegou que, nesse momento, Bruno teria se exaltado e dito para ela: “Eu estava sim como outra mulher. Vou me vingar de ti. O pior está por vir. Tu (Samanta) não presta”. Depois disso, segundo o boletim policial, o homem a atacou com cotoveladas na cabeça e na nuca. O B.O. diz ainda que familiares de Samanta correram para ajudá-la e que Bruno fugiu e não foi preso.

O relato da vítima

A redação procurou Samanta Souza Pereira Lima, mas ela preferiu não comentar sobre o caso para que o processo judicial não seja prejudicado. Entretanto, a reportagem apurou que, na tarde do domingo (5), a juíza Claudia Regina Moreira Favacho, da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém, estabeleceu as medidas protetivas contra Bruno. A Justiça também o proibiu de se aproximar da vítima em um limite de distância de 300 metros e de entrar em contato com ela e frequentar a casa da família de Samanta. Bruno também foi restringido para visitar a filha.

Nota da Polícia

A PC confirmou, por meio de nota divulgada na manhã desta quarta-feira (08), o registro do caso na Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (Deam) e a solicitação das medidas protetivas. "A vítima foi encaminhada para exames e atendimento multidisciplinar. Medidas protetivas foram solicitadas. Diligências estão sendo feitas para encontrar o agressor. Informações que auxiliem o trabalho da Polícia neste caso podem ser repassadas por meio do Disque-Denúncia, pelo número 181.", detalhou o comunicado.

Defesa diz que Bruno é inocente

O advogado criminalista Lucas Sá, responsável pela defesa de Bruno, conversou , com exclusividade, com o Grupo Liberal e desmentiu informações divulgadas de que o cliente estaria sob a condição de foragido. "O senhor Bruno nunca esteve foragido e inclusive já se colocou à disposição da autoridade policial para prestar todo e qualquer esclarecimento sobre este caso. Estamos confiantes que a verdade aparecerá, pois Bruno é inocente e os ataques realizados nas redes sociais contra ele são injustos", disse o advogado por meio de nota. Lucas Sá também esclareceu que Bruno pediu, na manhã desta quarta-feira (8), afastamento de suas atividades da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Pará.

"Inclusive, com a intenção de poder se defender com a seriedade necessária, Bruno solicitou na manhã de hoje, à OAB-PA, seu afastamento temporário da Comissão Temática de Atividades Notariais e Registrais da qual é integrante", completou o criminalista.

Circula nas redes sociais que Bruno Natan Abrahan Benchimol seria candidato à vaga de juiz do Tribunal Regional Eleitoral-PA (TRE-PA). O órgão disse, por meio de nota divulgada nesta quarta-feira (8), apenas que, atualmente, há duas vagas para juristas na Corte Eleitoral: uma para juiz substituto e outra para juiz efetivo. Porém, não confirmou se o advogado faz parte do quadro de candidatos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além disso, a reportagem apurou que Bruno concorreu, no ano de 2020, ao cargo de vereador na capital paraense pelo partido Avante.

Em nota, o partido se manifestou sobre o caso: "O referido acusado ainda está filiado ao Partido e, portanto, vincula a sua pessoa política à sigla. Em nenhum momento, nós, do Avante, aceitamos tal tipo de agressão ou qualquer outra do mesmo teor. Estaremos encaminhando ao Conselho de Ética para as devidas providências, a expulsão dos quadros do Partido e da filiação Municipal. Essa sigla partidária, Avante, se solidariza com a senhora Samanta Carvalho pelo ocorrido e nos colocamos à inteira disposição para qualquer apoio", informou o partido.

Posicionamento da OAB Pará

Procurada para comentar o caso, a OAB Pará informou, por meio de nota divulgada nesta quarta-feira (8), que teve conhecimento de possível envolvimento em prática delituosa de integrante do sistema, sendo determinado o afastamento deste de suas atividades, enquanto perdurar a apuração dos fatos. "Conforme os resultados das investigações e de eventuais ações das autoridades competentes, a Seccional adotará as medidas cabíveis, nos termos do Estatuto da Advocacia e Código de Ética da OAB-PA.", detalhou a nota.

"A OAB Pará destaca que, conforme orienta o Provimento 164/2015, assumiu o compromisso de combater as construções histórico-sociais que embasam e naturalizam a violência contra a mulher. E que, enquanto representante da sociedade civil e defensora dos direitos humanos, da justiça social e da democracia, entre os quais inseridos os direitos das mulheres, conforme reconhecido pelo Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos, está atenta aos elevados índices de violência doméstica e familiar contra a mulher e atua de forma a realizar um enfrentamento comprometido desta violência, sendo intolerante com quaisquer práticas desta natureza.", concluiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Cabo da PM é condenado e perde cargo por morte de advogado

O advogado Arnaldo Lopes de Paula foi baleado no dia 18 de dezembro de 2017 quando saía da casa de familiares. Crime teria sido encomendado por um então sargento da PM

quarta-feira, 08/02/2023, 21:30

- Atualizado 08/02/2023, 22:58

- Autor: **Wellington Jr/RBATV**



A comissão de prerrogativas da ordem dos advogados do Brasil acompanhou a sessão. | Wellington JR/RBATV

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Osalão do Tribunal do Júri, em Belém, ficou lotado de pessoas que, desde o início da manhã desta quarta-feira (8), acompanham o julgamento do cabo da Polícia Militar do Pará, Marçal de Azevedo. Ele é acusado de ser um dos participantes do **assassinato do advogado Arnaldo Lopes de Paula, em dezembro de 2017**. As investigações mostram que o réu foi um dos executores. A vítima foi baleada no bairro do Jurunas quando saía da casa de familiares. Os autos e depoimentos indicam a responsabilidade do militar.

Vídeo: Policial suspeito de participar da morte de advogado é preso

A sentença foi lida no final da noite. Marçal foi condenado a 18 anos e seis meses de reclusão em regime inicial fechado. Ele também perde o cargo de policial militar.

A comissão de prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil acompanhou a sessão. Segundo o advogado Braz Mello, que também atua na assistência de acusação, uma desavença por conta do controle da Associação das Praças da Polícia Militar do Pará foi o que motivou a morte. Arnaldo teria ganhado uma ação e se tornou presidente da Aspra.



 | Foto: Welington JR/RBATV

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O crime teria sido encomendado pelo sargento do Batalhão de Operações Especiais, Rossicley Ribeiro. As apurações mostraram que o réu e o PM da reserva Roosevelt de Nazaré foram contratados por R\$ 20 mil para a execução. Jhony Almeida forneceu o carro para a ação e colheu informações sobre a vítima. Todos estão presos.

O homem que pilotou o veículo para os atiradores, identificado apenas como Rodrigo, foi assassinado. A morte é apontada como queima de arquivo. A acusação acredita que as outras pessoas serão julgadas ainda este ano.

Durante o julgamento, oito testemunhas foram interrogadas. Quatro de defesa e quatro de acusação. A viúva que deu detalhes das ameaças que Arnaldo Lopes sofria.



 | Foto: Wellington JR/RBATV

A acusação pontuou que um dos depoimentos mais importantes desta quarta-feira foi do delegado da Polícia Civil que investigou o homicídio até que os suspeitos fossem identificados e presos.

RELEMBRE

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O advogado Arnaldo Lopes de Paula foi baleado no dia 18 de dezembro de 2017, em uma passagem na avenida Roberto Camelier, no bairro do Jurunas. Ele saía da residência de familiares, de carro quando os atiradores chegaram. A vítima foi socorrida e levada para um hospital da capital, mas morreu três dias depois. Antes do crime, câmeras de segurança e lâmpadas de residências próximas ao local do baleamento foram roubadas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Pará condena policial militar a 18 anos de prisão e perda do cargo pela morte do advogado Arnaldo Lopes

Assassinato ocorreu em 2017. Dentre os quatro acusados do homicídio, três são policiais militares.

Por g1 Pará — Belém

08/02/2023 23h37 Atualizado há 11 horas

A Justiça do Pará condenou na noite desta quarta-feira (8) o Policial Militar **Marçal Monteiro de Azevedo** a 18 anos e seis meses de reclusão em regime inicial fechado, além da perda do cargo de PM.

Marçal é um dos acusados pela morte do advogado Arnaldo Lopes, assassinato com 5 tiros, no bairro do Jurunas, em [Belém](#).

Segundo investigações do caso, a motivação da morte teria sido por disputa de controle da Associação dos Praças da Polícia Militar do Estado do Pará (ASPRA-PM), entidade criada em sociedade entre o advogado assassinado e um dos acusados.

Julgamento



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Um dos PMs acusados no caso Arnaldo Lopes de Paula tem julgamento nesta quarta-feira

O julgamento ocorreu no Fórum Criminal de Belém, e foram ouvidas 8 testemunhas, entre as de acusação e defesa. Dentre os quatro acusados do homicídio, três são policiais militares.

O crime ocorreu em 2017, quando a vítima saía da casa de familiares, sendo alvejada com disparos por todo o corpo.



Julgamento do assassinato de advogado Arnaldo Lopes — Foto: Reprodução/Tv Liberal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Vídeo: advogado é acusado de agredir a ex-companheira em Belém; entenda

- [POR ROMA NEWS](#)
- [| 09 DE FEV DE 2023,](#)
- 08:20

O advogado Bruno Benchimol de 42 anos, presidente da Comissão de Atividade Notariais-Registrais da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Pará, está sendo acusado de agredir a ex-companheira, Samanta Carvalho, de 22 anos, no último domingo, 5. As agressões teriam acontecido na residência da vítima, que registrou um boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher (Deam).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Samanta afirma que tudo começou quando Bruno apareceu na casa dela, no início da madrugada, com o pretexto de buscar a filha do casal, pois esse seria o final de semana no qual o advogado iria cuidar da filha, uma bebê de colo. Segundo a vítima, Bruno apresentava sinais de embriaguez, ao ser questionado por Samanta ele teria se exaltado e dito para ela: “Eu estava sim como outra mulher. Vou me vingar de ti. O pior está por vir. Tu não presta”, a informação consta no Boletim de Ocorrência.

CONTINUE LENDO...

Torcedores criam campanha e mostram indignação pelo uso de drogas nos estádios do Pará

Inflação sobe em janeiro pressionada por preços de alimentos, diz IBGE

Larissa dá tapa em Bruna e público pede expulsão; assista

Os dois discutiram e o advogado teria dado início às agressões com cotoveladas no olho e na nuca da vítima. O casal havia se separado há duas semanas.

A vítima gritou para acordar os familiares que a socorreram e acionaram a polícia. Porém, Bruno teria fugido antes dos policiais chegarem. Samanta relatou ainda que o ex-companheiro teria um comportamento abusivo e que não era a primeira vez que as agressões aconteceram.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Pará condena policial militar a 18 anos de prisão e perda do cargo pela morte do advogado Arnaldo Lopes

Assassinato ocorreu em 2017. Dentre os quatro acusados do homicídio, três são policiais militares.

Por g1 Pará — Belém

08/02/2023 23h37 · Atualizado há 13 horas



A Justiça do Pará condenou na noite desta quarta-feira (8) o Policial Militar **Marçal Monteiro de Azevedo** a 18 anos e seis meses de reclusão em regime inicial fechado, além da perda do cargo de PM.

Marçal é um dos acusados pela morte do advogado Arnaldo Lopes, assassinato com 5 tiros, no bairro do Jurunas, em [Belém](#).

Segundo investigações do caso, a motivação da morte teria sido por disputa de controle da Associação dos Praças da Polícia Militar do Estado do Pará (ASPRA-PM), entidade criada em sociedade entre o advogado assassinado e um dos acusados.

Julgamento



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Um dos PMs acusados no caso Arnaldo Lopes de Paula tem julgamento nesta quarta-feira

O julgamento ocorreu no Fórum Criminal de Belém, e foram ouvidas 8 testemunhas, entre as de acusação e defesa. Dentre os quatro acusados do homicídio, três são policiais militares.

O crime ocorreu em 2017, quando a vítima saía da casa de familiares, sendo alvejada com disparos por todo o corpo.



Julgamento do assassinato de advogado Arnaldo Lopes — Foto: Reprodução/Tv Liberal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Policia militar réu na morte de advogado Arnaldo Lopes vai a júri popular, em Belém

Dentre os quatro acusados do homicídio, três são policiais militares. Assassinato ocorreu em 2017.

Por g1 Pará — Belém

08/02/2023 16h48 · Atualizado há 20 horas



Um dos PMs acusados no caso Arnaldo Lopes de Paula tem julgamento nesta quarta-feira

Na manhã desta quarta-feira (8), teve início o julgamento, no Fórum Criminal de [Belém](#), de um dos acusados pela morte do advogado Arnaldo Lopes, assassinato com 5 tiros, no bairro do Jurunas, em Belém.

O crime ocorreu em 2017, quando a vítima saía da casa de familiares, sendo alvejada com disparos por todo o corpo. Dentre os quatro acusados do homicídio, três são policiais militares.

Segundo investigações do caso, a motivação da morte teria sido por disputa de controle da Associação dos Praças da Polícia Militar do Estado do Pará (ASPRA-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PM), entidade criada em sociedade entre o advogado assassinado e um dos acusados.

Durante o julgamento, sendo realizado à júri popular, serão ouvidas 8 testemunhas, entre as de acusação e defesa, caso seja comprovado a participação do réu no caso, ele pode receber pena de até 30 anos de prisão.



Julgamento do assassinato de advogado Arnaldo Lopes — Foto: Reprodução/Tv Liberal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'Angústia continua': 5 meses após naufrágio que matou 23 pessoas no Pará, único indiciado está solto e famílias pedem justiça

Embarcação Dona Lourdes segue no fundo da Baía do Marajó. Mesmo após conclusão de inquérito, autoridades não divulgaram causa do naufrágio que matou 23 pessoas, incluindo crianças e idosos.

Por Valéria Martins, g1 Pará — Belém
08/02/2023 12h26 · Atualizado há um dia



Lancha Dona Lourdes II que naufragou próximo à Cotijuba, na travessia do Marajó a Belém. — Foto: Reprodução / TV Liberal

As famílias das vítimas do naufrágio na Baía do Marajó próximo à Ilha de Cotijuba em [Belém](#) seguem angustiadas e clamam por Justiça. Nesta quarta-feira (8) faz cinco meses que o [barco com mais de 80 passageiros afundou](#) quando chegava à capital paraense: **23 pessoas morreram**.

A embarcação chamada "Dona Lourdes II" estava irregular, com salva-vidas sem condições de uso e saiu de um porto clandestino no Marajó. Passados 5 meses,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ninguém está preso e as famílias desconhecem o que causou o naufrágio. O barco segue no fundo do mar.

"A angústia continua porque até agora a gente espera por Justiça", afirma Neres Campelo do Amaral Filho, que perdeu uma sobrinha e conhecidos no naufrágio.

O único indiciado é o condutor do barco, Marcos de Souza Oliveira, um dos 66 sobreviventes. Ele chegou a ser preso por homicídio doloso e risco à navegação, mas está em liberdade desde dezembro, [quando a Justiça determinou sua soltura](#).

As autoridades não divulgaram o que causou o naufrágio. A Polícia Civil diz apenas que "o inquérito foi concluído e remetido à justiça".

A sobrinha de Neres, a menina Sofia de 4 anos, foi a última vítima encontrada, sendo [sepultada mais de um mês após se afogar](#). Além de crianças, idosos também morreram, a maioria mulheres. Segundo Neres, os pais da menina não se conformam com a perda. Sentimento compartilhado por outras famílias de vítimas.



Buscas foram realizadas por semanas e barco segue afundado na Baía do Marajó — Foto: TV Liberal/Reprodução

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As autoridades não informaram se algum tipo de perícia foi feita. O governo do Pará [lançou ainda em setembro de 2022 um edital](#) de contratação de empresa que fizesse a retirada do barco para a devida perícia. O edital foi publicado após os donos da embarcação alegarem não ter condições de custear a reflutuação e também porque ainda havia vítimas desaparecidas. No entanto, o edital foi encerrado sem nenhuma empresa interessada em retirar o barco do fundo do mar.

Agora em fevereiro, após ser questionada pelo **g1**, o governo informou através da Polícia Civil que "as perícias necessárias são de responsabilidade da Marinha" e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) disse que a "responsabilidade da reflutuação cabe a proprietária da embarcação".

O **g1** também questionou à Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (Arcon-PA) para saber se as fiscalizações foram intensificadas após o naufrágio. A resposta do órgão foi que "a segurança da navegação é competência exclusiva da Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos". O **g1** procurou a Marinha sobre as afirmativas do governo estadual e aguarda retorno.

"O sofrimento continua, ainda mais sabendo que o piloto da lancha está em liberdade. Isso que dói demais", disse Neres em entrevista ao **g1**.



Mapa do Marajó — Foto: G1/Reprodução

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Marco regulatório

No fim de janeiro, [deputados estaduais apresentaram um relatório de avaliação do transporte fluvial](#) paraense, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), com propostas de melhorias. O principal objetivo da iniciativa é criar um marco regulatório para o setor.

Dos 144 municípios paraenses, 115 têm acesso fluvial e mais da metade dependem, exclusivamente, dessa via para o desenvolvimento econômico. No trecho entre Belém e Marajó, cerca de dois mil passageiros fazem viagens diariamente em barcos regulares, segundo a Arcon.

Segundo os usuários de embarcações, as superlotações ou mesmo problemas mecânicos são constantes. [Com os problemas e sem alternativa, muitos moradores da região acabam recorrendo ao transporte clandestino.](#)

Após o naufrágio em setembro com 23 mortes, houve algumas melhorias no transporte regular entre Belém e [Salvaterra](#), onde fica o principal porto do arquipélago com acesso ao continente. Mas houve também aumento nas tarifas, muitas vezes fora da realidade orçamentária das famílias marajoaras.

"As viagens estão mais rápidas e confortáveis, mas em compensação, o preço da passagem está mais caro. O navio que prometeram ficou só na promessa", contou Neres, que mora no Marajó.

Em relação ao único indiciado pelo naufrágio, após a soltura dele, foram determinadas medidas cautelares, incluindo suspensão da habilitação de pilotar qualquer veículo náutico, e também monitoramento eletrônico. Uma [audiência de instrução e julgamento está marcada para maio](#) de 2023.

"Esperamos que a Justiça seja feita", disse o tio de uma das vítimas ao g1.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br